

**Ministério do Trabalho
precisa ser protagonista
no segundo mandato**

Pág. 3



**Programa de
moradia popular leva
dignidade ao campo**

Pág. 7



Em artigo, Marcio
Pochmann destaca que
trabalho ainda deve ser
prioridade para Dilma

Pág. 8

ano 7 nº 46 dezembro de 2014

Jornal da **CUT** BRASIL



**+ Democracia
+ Direitos
Desenvolvimento**

Plebiscito da reforma política deve ser base do projeto progressista Pág. 4 e 5



A análise do quadro político atual evidencia que 2015 vai ser um ano de disputas renhidas entre a oposição e o governo federal. É como se a eleição ainda não tivesse terminado. Fala-se até em impeachment da presidenta Dilma Rousseff, sem qualquer fundamentação. O Brasil, as necessidades e anseios da classe trabalhadora são o que menos importam neste jogo.

Está claro que enfrentaremos um embate muito maior para derrubar os entraves e garantir avanços e conquistas para os/as trabalhadores/as.

Eles insistem em teses como austeridade fiscal, corte nos investimentos, em especial no social e até redução no nível de empregos.

Nós reivindicamos mais investimentos em políticas públicas, saúde, educação, mobilidade urbana, trabalho decente, aposentadoria digna, entre outras bandeiras históricas da CUT fundamentais para melhorar a qualidade de vida da sociedade.

Queremos e vamos lutar também por uma constituinte exclusiva para reformar o sistema político e acabar com a farra das doações empresariais que estimulam a corrupção; a reforma tributária e todas as reformas estruturais que o País precisa para continuar se desenvolvendo e se transformando em uma Nação mais justa e para todos/as.

Vagner Freitas, presidente nacional da CUT

Foto e fato da vez

Roberto Parizotti



Nem mesmo a presença de indígenas da etnia Guarani Mbyá, com uma bem-humorada dança da chuva, foi capaz de sensibilizar São. A ideia era trazer água para o Sistema Cantareira, já que o governo do PSDB em São Paulo preferiu usar o dinheiro que a Sabesp (Companhia de Saneamento Básico de São Paulo) preferiu repassar o lucro que obteve para acionistas da empresa, ao invés de investir em obras de captação. Que paga agora por isso é o povo paulista. ●

Eu, trabalhador

Roberto Parizotti

“Imigrante sim, refugiada não”

Com uma blusa lilás, símbolo da luta feminista, Viergina Pierre Louis, 19, haitiana, recebe a reportagem do Jornal da CUT, no Brás, região central de São Paulo, onde vende sapatilhas. Filha de importadora de roupas para vender no Haiti e de um trabalhador em organização internacional para imigrantes, escolheu o Brasi para estudar. “Farei enfermagem para poder ajudar os outros”.

Para ela, duas coisas que mais a incomodam no Brasil são a falta de escolas de língua Portuguesa para imigrantes e o modo como os haitianos são retratados pelos meios de comunicação. “Fico muito brava quando nos chamam de refugiados e dizem que fugimos. Não somos refugiados, somos imigrantes”. ●



Expediente

Este jornal é uma publicação da CUT Nacional produzida pela Secretaria Nacional de Comunicação. **Jornalista responsável:** Luiz Carvalho. **Redação e Edição:** Douglas Camargo Figueiredo, Henri Chevalier, Isaias Dalle, Paula Brandão, Vanessa Paixão e William Pedreira. **Projeto Gráfico, Diagramação e Capa:** Tmax

www www.cut.org.br
CUT radio.cut.org.br
tv.cut.org.br

/cutnacional
 /CUTBrasil
 /Secomcut

Política

Ministério do Trabalho deve ser estratégico

Investimento em trabalhadores e combate duro à ilegalidade são essenciais, dia auditor

Agência Brasil

Governo novo, ideias novas. A esse tema de campanha, que levou a presidenta Dilma Rousseff à quarta vitória contra o retrocesso, a CUT também quer adicionar governo novo, ministério novo.

Para a Central, mais do que nomes, o Ministério do Trabalho (MTE) precisa ganhar um caráter estratégico na promoção de políticas públicas.

“Antes, a Pasta tinha papel muito importante na definição da política econômica, por exemplo, algo que mudou drasticamente”, defende o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas.

Segundo o auditor fiscal do trabalho e pesquisador do Cesit (Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho) da Unicamp Vitor

Filgueiras, a mudança começa com a valorização dos trabalhadores.

“A fiscalização do trabalho continuou predominantemente conciliatória com a ilegalidade, deixando de impor a legislação sobre os infratores e não promovendo a efetividade dos direitos trabalhistas. Além disso, o déficit material e humano para a realização das atividades do Ministério se radicalizou ano a ano, especialmente em relação ao número de auditores fiscais. Hoje quase 500 auditores a menos do que em 1990, quando o emprego formal era cerca de metade do atualmente existente”, aponta.

Para Filgueiras, mesmo com as limitações, o MTE poderia aplicar medidas que são pouco utilizadas. “A efetivação das normas de pro-



Ministério precisa de mais apoio de Dilma para zelar por condições decentes de trabalho

teção ao trabalho já existentes impactaria a estrutura do mercado de trabalho do país, o financiamento da Previdência e do FGTS e o padrão de concorrência entre

as empresas. Adquire ainda maior importância por conta da atual composição do Congresso, que dificulta a inovação normativa”, define. ■

No Congresso

22/12: o apagar das luzes para a classe trabalhadora?

Agência Brasil



Parlamentares alinhados ao retrocesso saíram em defesa dos patrões

Com um Congresso prestes a apagar as luzes da atividade legislativa, os representantes da agenda perdedora no último pleito querem levar junto com o final de mandato os direitos trabalhistas.

A Comissão Mista de Regulação de Dispositivos Constitucionais, comandada pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR) e pelo deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), aprovou retrocessos na regulamentação do

trabalho doméstico, do direito à greve dos servidores públicos e do conceito de trabalho escravo. Leia mais em <http://is.gd/CO-8ARg>.

A cereja do bolo pode ser a aprovação da terceirização na atividade-fim da empresa, que renasce em projetos de lei na Câmara e Senado, e do julgamento de ação sobre o mesmo tema no Supremo Tribunal Federal. Diante deste e do próximo parlamento, ainda mais conservador, toda mobilização é pouca. ■

Matéria de Capa

Constituinte da reforma política também é contraponto à ofensiva da direita

A luta popular para ampliar a democracia ganha mais significados após o segundo turno

Dino Santos

A mobilização dos movimentos sociais pelo plebiscito oficial que convoque uma constituinte exclusiva da reforma política vai ganhando robustez. Após o segundo turno das eleições, passou a exercer também o papel de contraponto a setores reacionários que, abertamente, reivindicam a volta da ditadura, como maus perdedores que passaram os últimos anos a pregar contra o exercício da política, como se fosse essa a raiz de todos os males.

A reforma que os movimentos sociais e os setores progressistas querem começa por sua forma de convocação. Em lugar de deixar a elaboração das mudanças a cargo dos deputados e senadores, que assumem seus postos em 1º de janeiro, a ideia é eleger um novo gru-



Mais de 15 mil ocuparam a Avenida Paulista, em São Paulo, e outras cidades para defender mais democracia

po de parlamentares constituintes voltados apenas para esse fim e com mandato a ser encerrado tão logo a proposta esteja pronta.

Os deputados e senadores tradicionais dificilmente aprovariam uma reforma profunda, pois isso acabaria com privilégios de que

desfrutam hoje em dia. Com isso em mente, os movimentos sociais haviam realizado o plebiscito popular pela constituinte na pri-

Vagner Freitas, presidente nacional da CUT

Roberto Parizotti



“Este Congresso eleito com o dinheiro do empresário não tem autoridade política para fazer a reforma política e o povo votou para mudar a política por meio de um plebiscito que decidirá sobre a convocação de uma Constituinte Exclusiva. Como a Dilma propôs fazer.”

João Pedro Stédile, liderança do MST

Roberto Parizotti



“As eleições deste ano e a mobilização da juventude deixaram claro que o povo quer mudanças. Os movimentos sociais aprovaram uma plataforma única pela reforma política e essa reforma é essencial para destravar as demais.”

Guilherme Boulos, liderança do MTST

Oswaldo Corneti



“O programa que foi eleito nas urnas tem que ser realizado. Era um programa de mudança popular para o país. O programa que perdeu não pode imperar e é necessário que o povo deixe claro a necessidade e a importância das reformas estruturais, que estão travadas há décadas na agenda política nacional.”

meira semana de setembro, que recolheu 7,5 milhões de votos. Agora é a vez de brigar pela etapa oficial.

Fim do financiamento empresarial

Um dos pontos de honra da reforma democrática é proibir os bancos e empresas de todos os setores de doar dinheiro para candidatos. As campanhas passariam a ser financiadas apenas por uma fonte de recursos públicos, dirigida diretamente aos partidos.

Isso reduziria bastante o valor das campanhas. Com menos dinheiro para ações mirabolantes de marketing, as candidaturas se veriam obrigadas a discutir política de fato, mais próxima da vida real das pessoas.

No Senado Federal, uma comissão especial sobre o tema elaborou um projeto de lei que estabelece financiamento exclusivamente público de campanhas. Por esse projeto (o PLS 268/14), o orçamento público repassaria ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

uma soma de dinheiro correspondente a R\$ 7,00 por cada eleitor devidamente cadastrado.

Povo pagará menos

Caso a regra estivesse em vigor nas últimas eleições, o custo das campanhas teria totalizado apenas R\$ 101 milhões e 500 mil (sem contar a inflação). No entanto, segundo o TSE, só os gastos contabilizados de campanha para deputados e senadores ultrapassaram R\$ 1 bilhão em 2014.

As empresas que atualmente financiam as campanhas eleitorais se veem no direito de cobrar a fatura daqueles que financiaram, seja pressionando pela elaboração de projetos de seus interesses, seja na pressão por aumento no preço das obras e serviços que prestam para os governos das três esferas. “Essa pressão que as empresas e bancos exercem sobre os eleitos vai significar desvio de dinheiro público. Caixa 2, aumento dos preços das obras, juros mais altos, entre outras coisas que as empresas vão reivindicar depois nos

bastidores, acabam tirando, indiretamente, recursos para saúde, educação e segurança. Se aprovarmos que só um fundo público poderá financiar as campanhas, o povo vai economizar”, explica o historiador José Antonio Moroni, da Plataforma pela Reforma do Sistema Político.

Menos candidatos

Com uma redução de custos desse porte, logicamente deveria haver diminuição do número de candidatos. Isso vai exigir uma mudança também no sistema eleitoral propriamente dito.

A CUT defende o voto em lista, previamente elaborada pelos partidos políticos. Neste caso, a definição de quem será ou não candidato se dará no interior das legendas, o que limitará o espaço para os aventureiros e os sem-propostas. Além de restringir a quantidade de candidaturas, o processo faria avançar a consciência de que política é ação coletiva, não individual.

Para não permitir que as cúpulas

partidárias tenham poder absoluto na definição das listas de candidatos, há entidades, como a OAB, que propõe eleição para deputados e senadores em dois turnos. No primeiro turno, os eleitores vão votar no partido, suas propostas previamente divulgadas e na lista pré-ordenada de candidatos. Os resultados desse primeiro turno definirão o número de cadeiras a que cada partido terá direito no Parlamento. As chamadas legendas de aluguel perderão espaço.

No segundo turno, o eleitor votaria nos candidatos. Cada partido teria o direito de apresentar um número maior de candidatos à medida que tivessem mais votos no primeiro turno. A lista alternaria homem e mulher, para garantir igualdade de oportunidade de gêneros.

O ex-presidente Lula manifesta simpatia por um sistema misto: “Eu acho que o ideal é que a gente tenha uma lista primeiro, para que o partido tenha responsabilidade sobre as pessoas que indicar. Você poderia ter dois votos. Um voto na lista e um voto numa personalidade, ou seja, para dar uma opção ao eleitor”.

Ricardo Gebrim, membro da Consulta Popular

Roberto Parizotti



“A ausência de mecanismos efetivamente democráticos faz com que governos, mesmo quando queiram promover mudanças, fiquem impossibilitados porque o sistema político constrói maiorias parlamentares cada vez mais sujeitas ao poder econômico.”

Nalu Farias, coordenadora da Marcha Mundial das Mulheres

Patrícia Galvão



“A reforma política é essencial para termos outra correlação de forças no Congresso e fazer avançar pautas que estão interdadas em relação aos direitos sexuais, reprodutivos e para desconstruir o caráter patriarcal desse Estado. Queremos mais participação que vá além das eleições, do Congresso, porque isso também garante o protagonismo das mulheres.”

Raimundo Bonfim, coordenador estadual da CMP/SP

Roberto Parizotti



“Queremos avançar na reforma urbana e no cumprimento da função social da propriedade urbana. Há uma série de medidas que não se consolida, porque a bancada da especulação imobiliária é muito forte no Congresso Nacional e financia deputados e senadores. Eles querem que o dinheiro público financie habitação para a classe média-alta.”

Internacional

Não deve haver recuo na política externa no segundo governo de Dilma

Assessor da Presidência, Marco Aurélio Garcia, diz que relações com Mercosul seguem fortes

Embora concorde que o governo Dilma registrou “perda de ímpeto” na integração latino-americana, o assessor especial da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia diz não acreditar que esse segundo mandato vai recuar nas relações internacionais. “Haverá uma contenção econômica, mas isso não deve mudar os rumos na área”, comentou Garcia. “Será necessária muita inteligência política para tirar proveito dos meses e talvez do ano de dificuldades econômicas que teremos e achar possibilidades”, disse. Com a queda das transações comerciais com o exterior, Garcia sugere, como exemplo, “fazer inserção



Roberto Parizotti

Garcia acredita que segundo mandato fortalecerá laços com Mercosul

nas cadeias globais de produção”, em projetos de cooperação. Foi assim, segundo ele, que o primeiro governo Lula definiu sua

estratégia com o Mercosul. “O Brasil vivia uma contenção econômica e as trocas comerciais com o bloco eram pequenas. Seria

melhor uma integração puramente comercial ou baseada em projetos de infraestrutura e de cooperação produtiva?”. O governo apostou na segunda, e assim continuará. Para ele, a relação com grandes potências enfrenta limitações da crise e, no caso dos EUA, existe ainda o fator Obama: “Nunca a expressão ‘pato manco’ foi tão adequada”, disse, referindo-se ao termo que aponta para alguém que não tem mais influência, apesar de ocupar um cargo importante. Defendendo a consolidação da parceria, Garcia pondera que as dificuldades derivam “da posição reativa deles”. O sentimento anti-EUA, aludido pela oposição, não norteia as relações, diz. ■

Mídia mente

A grande imprensa tem lado e não é o nosso

Caso houvesse alguma dúvida sobre a parcialidade da velha mídia nas disputas eleitorais, ela caiu por terra nas últimas eleições, conforme comprovou o Manchetômetro, site elaborado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Em avaliação sobre a cobertura dos jornais Folha de S.Paulo, O

Globo e O Estado de S.Paulo, além do Jornal Nacional, a discrepância ficou nítida.

Nas três primeiras semanas do segundo turno, Dilma Rousseff teve 50 manchetes negativas contra 18 de Aécio Neves. Já o número de manchetes positivas ficou em 6 para Dilma e 28 para Aécio.

Para o sociólogo e professor da ECA-USP, Laurindo Leal Filho,

o Lalo, “os dados apresentados derrubam as falácias dos meios que se apresentam ao público como ‘independentes’ ou ‘imparciais’”.

Para Lalo, é fundamental que haja a abertura de espaço para novas vozes da sociedade; a construção de uma comunicação pública – com acesso universal – e uma lei que garanta direito

de resposta. “Não é admissível numa democracia que pessoas ou instituições atacadas injustamente pela mídia não tenham direito de responder de forma rápida e nos mesmos espaços usados para desferir os ataques”, afirma. “Cabe a um governo comprometido com as causas populares impulsionar esse tipo de publicação”. ■

Vida no campo

Casa nova no campo. Apesar do orçamento

Desafio do programa governamental é superar restrições impostas pelo equilíbrio fiscal

R \$ 28.500 ou R\$ 30.500. Dependendo da região do País, este é o custo total para uma família de agricultores conquistar uma casa própria nova, com todas as funcionalidades – banheiro, energia elétrica, dois quartos e acabamento no capricho – e com até 80m².

Esses valores podem ser surpreendentes em mais de um sentido. Para quem mora nos meios urbanos, onde apartamentos de 50 m² em bairros de classe média são vendidos por centenas de milhares de reais, o espanto é simples de entender – e expõe uma vez mais o “lucro Brasil” como o verdadeiro vilão dos preços.

Para quem vivia em casas de madeira, muitas vezes sem banheiro ou luz elétrica, a surpresa de uma vida nova que muitos nem imaginavam possível. Já são 70 mil as famílias que vivem da agricultura no Brasil atendidas pelo Minha Casa Minha Vida Rural, com financiamento da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. O programa teve início em 2009.

“É uma transformação social,

ambiental, uma revolução na autoestima. O guri ou a guria agora podem levar a namorada ou o namorado pra visitar a família sem constrangimento. O mais importante é a gente refletir e descobrir que podemos mudar a realidade da agricultura familiar”, comenta Liane Vitali Kothe, coordenadora da Cooperhaf (Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares), uma das entidades que operam a intermediação das famílias com o programa, coordenado pelo Ministério das Cidades.

Noemi Lemes, coordenadora nacional do programa na Caixa. Bancária de carreira e assistente social de formação, diz que o recurso tem retorno rápido. “Movimenta a circulação de dinheiro, desde a loja de materiais de construção, fixa as famílias no campo e consolida a atividade econômica das cidades”.

Em construção

Embora tenha dotação própria, o Minha Casa Minha Vida Rural sofreu em 2014 a falta de repasses de

recursos da União, como reflexo de uma política fiscal equilibrada. “Precisamos dar ao programa uma estabilidade semelhante a que tem o Pronaf”, comenta, fazendo referência ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Noemi, da Caixa, explica que o governo federal não define metas anuais, e sim por cada fase do Minha Casa. A segunda e atual fase prevê 3 milhões de casas, no campo e na cidade.

Para ter acesso ao programa, os agricultores familiares, que têm de comprovar que moram e trabalham em suas propriedades, são divididos em três faixas de rendimento. A primeira compreende famílias que recebem até R\$ 15 mil por ano. Para elas, o subsídio do governo chega a 96% do valor do imóvel. Acima dessa faixa, o financiamento tem origem no FGTS, e por isso deve ser pago integralmente, em parcelas semestrais ou anuais, já que essas famílias não têm rendimento mensal. Tudo, porém, sem o canibalismo do mercado.

Morada do debate político

De todas as casas construídas ou em construção no Minha Casa Minha Vida Rural (MCMVR), 90% passam por entidades do movimento social, a o contrário das cidades, onde as construtoras privadas têm primazia. Recorrendo a métodos como mutirões e negociando em bloco com os fornecedores, essas entidades conseguem reduzir custos. Só essa diferença já permitiria despertar nas famílias beneficiadas todo um debate político em torno de ação coletiva, papel do Estado e importância de se associar a entidades de classe como ferramentas de transformação.

Mas, além disso, são exigências do MCMVR que as futuras residências tenham horta e pomar para garantir a autossuficiência alimentar das famílias, e que o cultivo destinado à comercialização não empregue agrotóxicos. Para receber auxílio técnico especializado, as famílias devem participar de cursos. E aí que entidades como a Cooperhaf, que sediam esses cursos, aprofundam o debate político.



Irenice Marta Maier Ludke e Erno Ludke - Comunidade Linha Três Pardos - Mondai (SC)

Diz CUT

Novo Mandato

Prisioneiras de perspectivas curto-razistas comparáveis à dinâmica dos mercados financeiros e bursátil, as análises iniciais a respeito do segundo mandato da presidenta Dilma seguem, em geral, polarizadas. De um lado, as visões conservadoras expõem os problemas econômicos e políticos atinentes à desaceleração das atividades produtivas, sobretudo industriais, e os indícios de desvios de recursos na Petrobras.

De outro, as posições progressistas preocupadas com a formação da equipe ministerial que comporá o governo Dilma e suas possíveis

consequências no desempenho socioeconômico nacional. Como se sabe, a vitória da frente política liderada pelo PT nas últimas eleições nacionais trouxe enorme repercussão mundial, especialmente junto aos governos pós-neoliberais que aplicam receituário econômico e social alternativo ao dos países ricos na administração da mais grave crise do capitalismo dos últimos 80 anos.

Todas as análises, contudo, não deixam de ter suas lógicas e razões. Mesmo assim, cabe alertar que o governo recém-eleito dispõe de um mandato de quatro anos, cujo compromisso estabelecido

desde o ano de 2003 tem sido a busca do pleno emprego da força de trabalho com a elevação do poder aquisitivo das remunerações. O resultado tem sido a redução da pobreza e da desigualdade social. A prevalência deste pressuposto que une um programa ineditamente perseguido no Brasil democrático requer, todavia, condições adequadas em torno do projeto maior do desenvolvimento com inclusão social. O ingrediente da estabilidade monetária com crescimento econômico é fundamental, embora não suficiente.

Nesse sentido que o segundo mandato de Dilma deve ser analisado,

cujas lentes de maior prazo, para além do curto-razismo, permitam apontar. Isto é, o caminho para a continuidade da busca pelo pleno emprego da força de trabalho e elevação dos salários acima da inflação. ■

Marcio Pochmann,

professor do Instituto de Economia e Pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp



Roberto Parizotti

Olhar

Mandou bem

A disputa presidencial teve como um dos símbolos o apoio da presidenta Dilma ao Projeto de Lei da Câmara 122/06, que prevê a criminalização da homofobia no Brasil. A decisão foi a resposta ao preconceito que saiu do armário e mostrou como muitos candidatos pensam.

Agência Brasil



Mandou mal

Ao final das eleições, as redes sociais viraram palco para um espetáculo lamentável de alguns eleitores que passaram a xingar os nordestinos e mais pobres pela vitória da Dilma.

Sem se dar conta da própria ignorância, já que a maior quantidade de votos para a presidenta veio do Sul e Sudeste.

Mídia Ninja

